

# O TRABALHO FEMININO NA INDÚSTRIA DE CAXIAS DO SUL - 1900/1930

---

Maria Abel Machado<sup>1</sup>

---

---

## Introdução

A indústria de Caxias do Sul tem registrado, desde o início de sua formação, a presença de um significativo contingente de mão-de-obra feminina, mulheres que, na condição de trabalhadoras de baixos salários, ocuparam-se das tarefas mais simples, de menor prestígio, menos atraentes e, por vezes, mais exaustivas, para garantir o aumento da renda familiar.

As mulheres das classes menos favorecidas, acostumadas a obedecer e condicionadas à submissão, características da família patriarcal, serviram aos interesses do empresariado local, que viu, no seu aproveitamento, a possibilidade de baixar os custos da produção. Numa rotina de anos, elas vêm marcando a sua presença no interior das fábricas, anonimamente, como indivíduos sem rosto, ajudando a construir a riqueza da cidade.

---

<sup>1</sup> Professora de História e doutoranda em História Social na Universidade de São Paulo.

Este tema<sup>2</sup> não tinha merecido, ainda, um estudo por parte da historiografia local, revelando de certa forma a pouca importância atribuída ao trabalho da mulher, no setor produtivo e a existência do preconceito contra a sua capacidade de fazer, como decorrência de seu papel no interior da família. Logo, o principal objetivo deste trabalho foi estudar as questões relacionadas ao trabalho da mulher na unidade fabril de produção e as relações que se estabeleceram no seu interior, a partir da presença da mão-de-obra feminina.

A falta de fontes escritas sobre o assunto, especialmente no período que corresponde às primeiras décadas do século XX, exigiu que fosse utilizada a história oral como técnica para obtenção dos dados necessários à consecução do trabalho, consciente dos riscos que poderíamos correr, mas, ao mesmo tempo, concordando com Ecléa Bosi, ao se referir aos seus depoentes: “Seus erros e lapsos são menos graves em suas conseqüências que as omissões da história oficial” (Bosi, 1987, p. 1).

A história oral permite que sejam feitos estudos em áreas pouco trabalhadas da vida social, como é o caso deste trabalho, que focaliza a mulher operária de Caxias do Sul, que permanece na obscuridade, pelo desinteresse das fontes oficiais com assuntos relacionados à experiência das classes e dos grupos menos favorecidos. Para a realização deste trabalho foi selecionado um grupo de mulheres como depoentes que preenchiam as características do projeto, e foram escolhidos três ramos de atividades industriais: o metalúrgico, o vinícola e o têxtil, por duas razões: primeira, por serem empresas que já estavam operando nas primeiras décadas do século XX e, segunda, porque tinham um significativo contingente de mão-de-obra feminina entre os seus trabalhadores.

O uso da fotografia como fonte histórica também foi de grande importância para o trabalho, porque permitiu comprovar a presença das mulheres nas fábricas locais, nas primeiras décadas do século XX, quando ainda não havia a obrigatoriedade do registro dos trabalhadores por parte das empresas. Ao conter um determinado quadro da realidade, registrado fotograficamente, a fotografia apresenta um

---

<sup>2</sup> O presente artigo é uma versão modificada de um dos capítulos da dissertação de mestrado sobre o tema, intitulada **Submissão e Poder: Mulheres Operárias de Caxias do Sul - 1900/1950**, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1993, sob a orientação do Prof. Dr. René E. Gertz.

inventário de informações úteis ao historiador, que permite utilizá-la como documento histórico.

## A mulher e a família no contexto regional

Caxias tinha em 1900 uma população de 24.997 habitantes, dos quais apenas 10% viviam na Vila. Os restantes 90% viviam na zona rural (Franco, 1943, p. 139). Já em 1932, Caxias contava com uma população de 32.622 habitantes, sendo que o centro urbano tinha 9.975 habitantes, representando 30,57% do total da população (**Revista da Uva**, 1933).

O aumento da população na zona urbana se deu a partir do movimento migratório do meio rural. Os lotes rurais, recebidos pelas famílias imigrantes, num regime de minifúndio, variavam de cinco a 100 hectares. Contudo, 65% do total tinham uma área entre 15 e 35 hectares, e os lotes mais distantes do núcleo urbano tinham uma área maior do que os lotes mais próximos, sem levar em conta o número de filhos de cada família (Giron, 1978, p. 24). As famílias mais numerosas, e que receberam os lotes menores, tiveram problemas com a terra, já na segunda geração. A divisão do minifúndio em muitas partes comprometia a produtividade, tornando-se insuficiente para a manutenção das novas famílias que foram se formando.

Boa parte dos filhos passaram a deixar a “colônia”<sup>3</sup> em direção aos núcleos urbanos, ou em busca de outras terras nas regiões das colônias novas, já a partir da segunda década do século XX.

Entre os filhos migrantes estavam as filhas-mulheres que buscavam os centros urbanos para trabalhar, em casa como costureiras, fora de casa como domésticas, empregando-se nas famílias de mais posses, no comércio, nas fábricas, ou ainda, dedicando-se às atividades artesanais. Em 1932, de acordo com o recenseamento realizado, o número de mulheres na zona urbana era maior que o dos homens (**Revista da Uva**, 1933). Entretanto, muitos dos descendentes dos imigrantes, que deixaram a colônia, o fizeram já com a família constituída, procurando nos centros urbanos trabalho para si e para os seus filhos de ambos os sexos, mesmo os menores de idade.

---

<sup>3</sup> Colônia: denominação dada ao lote rural recebido pelo imigrante italiano, que em decorrência passou a ser designado de colono.

Do total das entrevistadas, 83,4% saíram da zona rural de Caxias do Sul e dos municípios próximos, de Farroupilha, Bento Gonçalves e Carlos Barbosa, Jaquirana e do Estado de Santa Catarina; destas, a quase totalidade (96%) vieram com a família.

Das famílias que migraram, 84% possuíam propriedade na zona rural e deste número, 71,44% venderam a sua propriedade. Somente 46,6% adquiriram um lote urbano, onde construíram a nova moradia. As demais gastaram o dinheiro com a manutenção da família e passaram a viver em imóvel alugado.

Na zona rural, as mulheres se ocupavam de todas as tarefas domésticas, do cuidado das hortas e dos pomares e de animais de pequeno porte, mas, freqüentemente, acompanhavam os homens como auxiliares nas suas tarefas, ou assumiam as mesmas quando eles se ausentavam para trabalhar na construção de estradas, pontes, ou de outras obras públicas, com a finalidade de aumentar o ganho da família.

Contudo, teoricamente, a divisão sexual do trabalho se fazia de forma clara e inquestionável, cabendo aos homens as atividades tidas como lucrativas e às mulheres as atividades tidas como não-lucrativas. Tirar o leite, por exemplo, era serviço de mulher, mas quando o leite se destinava ao comércio, passava a ser trabalho de homem.

As mulheres podiam executar todas as tarefas da propriedade rural, sem que houvesse qualquer impedimento. Aos homens, no entanto, eram vedadas as atividades consideradas inferiores, desprezíveis, ou *trabalhos de mulher*. Aquele que se achesse a ocupar-se delas era discriminado pelos demais. Esta situação reflete o papel secundário atribuído à mulher na região em estudo, como parte dos condicionamentos impostos a ela pela família de características patriarcais.

Um costume muito difundido na região colonial italiana e que marcou profundamente a discriminação entre os filhos homens e as filhas mulheres, estava ligado à divisão dos bens, que era feita de forma desigual. Na sucessão diz Solon: “Os irmãos dividirão entre si o patrimônio, mas a divisão não atingirá as irmãs” (Coulanges, 1961, p. 109 e seg.). No direito romano, a filha não herdava do pai, pois ela não era apta para continuar a religião paterna, que só podia ser transmitida de varão a varão. Sendo o filho a continuação natural e obrigatória do culto, também era o herdeiro dos bens, pois não podia haver divisão entre religião e propriedade. Essa era a regra de suas crenças e de sua religião. Não resultou de simples convenção feita

entre os homens, mas estava ligada ao que havia de mais poderoso e mais significativo sobre as almas (Machado, 1993, p. 104).

Os imigrantes trouxeram em sua bagagem cultural o antigo costume de sucessão que fizeram prevalecer na região. Enquanto os filhos homens ficavam com a propriedade, por ocasião da morte do pai, as filhas mulheres nada recebiam, cabendo-lhes apenas o dote por ocasião do casamento que, freqüentemente, era adquirido com recursos obtidos com o seu trabalho.

O dote era composto da máquina de costura e do enxoval, do qual faziam parte as roupas de cama, mesa e banho e de uso pessoal, além de objetos de uso doméstico como: louças, panelas, alguns móveis e o tradicional baú.

O enxoval, cuidadosamente preparado nos meios populares, sobretudo nos meios rurais, conforme afirma Agnes Fine, “é uma longa história entre mãe e filha”, deveria ser “um legado de saberes e segredos do corpo e do coração, longamente destilados” onde “a espessura dos lençóis, a delicadeza das toalhas de mesa, os monogramas nos guardanapos, a qualidade dos panos de limpeza ganham sentido numa cadeia de gestos repetidos e engrinaldados” (Perrot, citando Agnes Fine, 1987, p. 14).

Para a mulher da zona colonial de Caxias o dote foi mais um encargo com o qual teve de arcar, pois a moça em idade de casar deveria trabalhar além do habitual, auxiliada pela mãe, para obter o dinheiro necessário à compra do enxoval. Para tanto, produzia peças de artesanato e cultivava os produtos da terra, que vendia na cidade, como: cestas e chapéus feitos de palha de trigo, hortaliças, frutas, ou mesmo ovos, frangos e embutidos.

A figura da “colona” que usava a mula como meio de transporte, carregando dois cestões feitos de taquara, ou as “malas” de “riscado”<sup>4</sup> e que passava de casa em casa, para oferecer os produtos coloniais, fez parte do cotidiano de Caxias durante a primeira metade do século XX.

<sup>4</sup> Riscado: tecido grosseiro e muito resistente, usado nas lides da colônia e com o qual eram feitas as “malas de pano”, usadas como malas de montaria, para o transporte de mercadorias.

Vendendo hortaliças, ovos, frutas ou as “marmeladas”<sup>5</sup> a preços menores que os dos “armazéns”, a colona tinha a preferência da população. Falando o Koiné,<sup>6</sup> onde prevalecia o dialeto vêneto-viceentino, ou tentando algumas palavras arranhadas do português, incorporava um tipo característico da região, com suas roupas escuras, um lenço amarrado na cabeça e o costume de carregar o dinheiro, numa das pontas de um pequeno lenço branco, protegido por um nó.

A vida da mulher no meio rural era de muito sacrifício e de muito trabalho, sem qualquer tipo de lazer. Os bailes, as reuniões dançantes, que aconteciam periodicamente no interior, eram proibidos pela Igreja - pecado mortal, dizia o padre.

Os momentos que poderiam ser considerados de lazer, conhecidos como “filó”, quando o grupo familiar e os vizinhos se reuniam à noite para conversar ou cantar, eram acompanhados de trabalhos manuais, como tranças de palha de trigo para a confecção de cestas, conhecidas como “sporte” ou de chapéus usados para a proteção do sol. Quando a reunião era feita no galpão, geralmente se ocupavam em debulhar e separar o milho para o consumo e para o comércio.

As mulheres faziam o pão, a massa, os doces e as marmeladas; com o leite faziam o queijo e a “puina” (espécie de qualhada); das partes não-aproveitáveis do porco faziam o sabão para o ano todo. As roupas da família eram feitas em casa, à noite com o “ciaret”<sup>7</sup> e aos domingos, especialmente quando chovia, aproveitavam para costurar e remendar a roupa.

Quando o padre visitava a capela, aos domingos ou em dias santos, todos iam à missa, mas quando o padre não aparecia, era costume rezar o “rosário” à tarde, do qual as mulheres participavam. Terminado o rosário, os homens iam para a “copa”, que ficava próxima à igreja, jogar cartas ou a “mora”,<sup>8</sup> e as mulheres voltavam para casa, para os seus afazeres domésticos.

O nascimento dos filhos marcava um momento de emoção na família, mas também um momento de forte discriminação contra as

---

<sup>5</sup> Marmeladas: eram designados todos os doces feitos com frutas da região, como figo, uva, pera etc., conhecidos como marmelada de figo, marmelada de uva, marmelada de pera etc.

<sup>6</sup> Koiné: fala dialetal italiana, do tipo vêneto, com a mistura de outros dialetos italianos e da língua portuguesa, chamada de “talian” pelos seus usuários.

<sup>7</sup> Ciaret: pequena lanterna a querosene.

<sup>8</sup> Mora: jogo tradicional da colônia italiana.

mulheres. A expectativa do pai, do avô e dos tios era muito grande, em torno do nascimento de um menino, “un maschio”, para dar seqüência ao nome da família e para estar ao lado do pai na administração da propriedade e dos negócios. O nascimento de uma menina era motivo de frustração e até de repúdio.

## **A fábrica como alternativa de sobrevivência**

Como este artigo se atém ao trabalho feminino no setor industrial caxiense, no período que corresponde à República Velha, priorizamos os primeiros 30 anos do século XX, na realidade, o período de maior dificuldade na obtenção da documentação, pela falta de registros do trabalho feminino nas indústrias locais, nos sindicatos e até mesmo na imprensa.

Do grupo de mulheres entrevistadas, a quase totalidade (96%) deixou a colônia com a família e, chegando à cidade, procurou trabalho nas fábricas, para garantir a própria sobrevivência e a da família.

Como decorrência do comportamento da mulher da região, diante do trabalho, supõe-se que ela esteve presente na fábrica desde o início de sua formação. Em 1882, Caxias já contava com um significativo número de estabelecimentos localizados nos núcleos urbanos, nos travessões e nas linhas. Eram 10 serrarias hidráulicas e três a vapor, dois moinhos a vapor e 50 hidráulicos, sete curtumes, sete fábricas de cerveja e três de licores, uma de gasosa, três de chapéus, uma de artigos de vime, uma de inseticida, duas de sabão, 14 ferrarias, cinco funilarias, oito marcenarias, 25 sapatarias, 12 alfaiatarias, uma tanoaria, duas selarias, duas bombilharias, 26 alambiques e três teares (Pellanda, 1950, p. 57), além de numerosas casas de comércio, as “vendas”. Eram todos estabelecimentos de pequeno porte, de cunho familiar, e, como decorrência, os seus primeiros trabalhadores foram os membros da própria família, entre eles, as mulheres.

A indústria da tecelagem que, desde os primórdios, empregou mão-de-obra feminina, em Caxias teve início em 1881, com a chegada de um grupo de tecelões italianos, do Lanificio Rossi de Schio-Itália, que foram obrigados a deixar a sua pátria por terem participado de movimentos grevistas, reivindicando melhores condições de trabalho e de salário. O grupo que veio para Caxias fixou-se na Quarta Léguas, onde fundou o primeiro lanificio da região, aproveitando as quedas

d'água como energia, a lã que vinha dos Campos de Cima da Serra e a madeira existente em abundância na região, com a qual fizeram os primeiros teares.

As dificuldades de capital e de tecnologia foram sentidas já nos primeiros anos, pois os produtos do Lanifício-Cooperativa passaram a enfrentar a concorrência de lanifícios mais modernos e melhor estruturados de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre.

Em 1905, o Lanifício foi comprado por Hercules Galló, químico-tintureiro, que trazia da Itália uma longa experiência adquirida na tecelagem do pai, em Vallemosso, investindo, além do conhecimento no setor, o capital necessário para redimensionar e modernizar a fábrica, com a importação de teares e equipamento da Europa. Em 1910, a família Chaves & Barcelos, de Porto Alegre, associou-se a Hercules Galló, aumentando o capital da empresa para setecentos contos de réis, significando novos investimentos, aumento da produção, outros mercados e a contratação de mais empregados.

É bem possível que entre os primeiros trabalhadores do Lanifício, que passou a denominar-se Lanifício São Pedro, tenha havido mulheres, até porque se trata de uma atividade onde a mão-de-obra feminina era utilizada em grande escala, tanto na Itália, como de resto, na Europa. No Brasil, em 1920, a indústria têxtil absorvia 51% da mão-de-obra feminina empregada (Pena, 1981, p. 92). “Mesmo que sombreada, é possível que a mulher esteja lá; é apenas necessário iluminar sua exígua vida para compreender o nascimento do tempo” (Ibid., p. 84).

No Lanifício São Pedro, o primeiro registro existente, da presença da mulher na fábrica data de 1912. Trata-se de uma folha de pagamento, onde constam 46 trabalhadores, dos quais 15 são mulheres. Mas o registro mais antigo que temos de mulheres operárias data de 1904 e é uma fotografia da empresa Eberle, onde já trabalhavam 35 mulheres. Em 1924, o número subiu para 130 (Lazzarotto, 1981, p. 111). Em 1906, uma fotografia tirada na frente da Funilaria Eberle revela que dos 61 trabalhadores, 16 eram mulheres, representando 26% do total, e em 1907, uma fotografia do interior da Funilaria fornece o registro visual de 15 mulheres, num grupo de 58 trabalhadores, incluindo ainda um significativo número de crianças do sexo masculino e, finalmente, em 1909, uma fotografia tirada na frente da mesma funilaria registra a presença de 36 mulheres, duas das quais eram



crianças com poucos anos de idade, não mais que oito ou nove (Machado, 1993, p. 141).

A Cantina Luís Antunes, na década de 1920, já contava com um significativo número de mulheres operárias, inclusive meninas, que começaram a trabalhar com nove anos de idade.<sup>9</sup> O Lanifício Mateo Gianella, também na década de 20, registrava, em seu quadro de trabalhadores, um bom número de mulheres, conforme evidenciam as fotografias da época, representando 43% do total.

A falta de registros mais completos impede que seja feita uma avaliação precisa do número de mulheres que trabalharam nas indústrias de Caxias do Sul, durante as três primeiras décadas do século XX. Contudo, os dados obtidos, embora esparsos e incompletos, permitem afirmar que foi significativa a sua presença no setor. Sabe-se que a mulher marcou a sua presença nas atividades manufatureiras e fabris, em Caxias do Sul, desde o início de sua formação, contrariando a teoria de que teria ido para a fábrica com a introdução da máquina e de tecnologia mais sofisticada. “A Eberle sempre contou com mulheres em suas oficinas, independente da inovação tecnológica” (Lazzarotto, 1981, p. 111) e as demais empresas locais guardavam também essa característica.

## As relações no interior da fábrica

O modelo de fábrica encontrado no Brasil, durante as primeiras décadas do século XX, de características paternalistas, também foi o modelo instalado em Caxias, com algumas adaptações feitas ao sabor das possibilidades e das necessidades do empresariado local.

Algumas fábricas resultaram da ampliação de pequenas oficinas e manufaturas, como foi o caso da Metalúrgica Abramo Eberle, que teve origem na funilaria iniciada por volta de 1886 e evoluiu para uma empresa metalúrgica de grande porte para a região, contando em 1950 com 1.390 operários.

Outras mudaram o ramo de atividades, como foi o caso da Cantina Luís Antunes, que se instalou em Caxias como fábrica de embutidos para, em 1928, passar a ocupar-se da atividade vinícola. Outras ainda, como foi o caso do Lanifício São Pedro, iniciaram as suas ati-

---

<sup>9</sup> Depoimento de uma ex-operária da Cantina Antunes, Caxias do Sul, 1992.

vidades num determinado ramo, permanecendo nele no decorrer dos anos.

Instaladas, inicialmente, em pequenos barracões, em condições rudimentares de funcionamento e em espaços simples, foram evoluindo à medida que seus produtos ganharam os mercados. Acompanhando o crescimento físico e a evolução econômica, as fábricas buscaram também uma organização interna, capaz de harmonizar as relações entre os trabalhadores e a produção, procurando sempre a melhor maneira de utilizar a mão-de-obra em benefício do lucro.

O paternalismo empresarial foi um sistema de gestão de mão-de-obra muito sutil, envolvendo aspectos psicológicos e sociológicos entre outros, numa tentativa de harmonizar a família no interior da fábrica. “A imagem da família, utilizada para pensar a fábrica, cumpre a função explícita de negar a existência do conflito capital/trabalho, sugerindo a idéia de uma harmoniosa cooperação entre pessoas identificadas” (Rago, 1987, p. 34). A fábrica, porém, precisou construir a sua própria disciplina, através de regulamentos rígidos que ditavam as normas de conduta dos trabalhadores, procurando padronizar o comportamento segundo a vontade do patrão, que determinava a forma de relacionamento entre empregados e empregadores.

Os regulamentos internos procuravam organizar a distribuição dos indivíduos no espaço produtivo, de modo a impedir a sua livre circulação, fixando-os junto às máquinas ou junto às mesas de trabalho. Estabeleciam o horário de trabalho, o controle da produção, as regras de comportamento e as normas de conduta quanto às conversas com os colegas, às saídas do local de trabalho, às questões de saúde, às idas ao banheiro etc. Algumas normas atingiam as mulheres operárias de forma mais direta, como as que tratavam da saúde e da gravidez.

As idas ao banheiro mereceram sempre uma atenção especial nos regulamentos, criando situações de constrangimento para as operárias que, muitas vezes, preferiam se privar do uso do mesmo. Estabelecia o número de vezes que podia ser usado em cada turno de trabalho e, se esse número fosse ultrapassado, a “transgressora” devia justificar o motivo ao chefe imediato. As mulheres que tinham algum problema de saúde eram aconselhadas a ficar em casa.

Em algumas empresas havia a figura do *guardião da chave do banheiro*, sempre um trabalhador do sexo masculino, a quem as mulheres deviam pedir a chave do banheiro. Essa prática era bastante

constrangedora e desencorajava, ou inibia as mulheres de fazerem uso do mesmo. Uma das depoentes, que trabalhou durante 30 anos no Lanifício São Pedro, informou nunca ter precisado do banheiro, completando: “Não sei se a gente se segurava também, para não ser chamada atenção”.<sup>10</sup>

As proibições se estendiam, ainda, ao hábito de fumar, de cantar, de assobiar, de comer e de conversar, sob pena de sofrerem advertência ou pagarem multa. A falta ao trabalho sem aviso prévio também implicava o pagamento de multa. O valor das multas era descontado do salário no final do mês e aumentava de valor na reincidência. Eram toleradas até três faltas ao trabalho, depois disso o trabalhador era despedido por “falta de disciplina no trabalho” (regulamento da fábrica Eberle, 1924).

O modelo paternalista de fábrica esteve presente nas empresas em estudo, de forma mais ou menos intensa, mas sempre presente, criando entre os trabalhadores a mentalidade de que eles pertenciam à fábrica como extensão de suas casas. Tinham orgulho de trabalhar numa determinada indústria e de pertencer aos quadros de seus empregados. Os dias de festa, como 1º de Maio, o aniversário do dono da fábrica, o nascimento ou o batizado de seus filhos eram comemorados no recinto da fábrica, onde confraternizavam o patrão e seus familiares com os trabalhadores, como uma grande família. As relações eram amistosas e tudo transcorria num clima de festa e de alegria.

Os trabalhadores sentiam-se agradecidos ao patrão pelo emprego que este lhes proporcionava. Nas mulheres, o sentimento de gratidão e de orgulho pelo emprego era muito mais forte, ao ponto de se negarem a participar de qualquer movimento reivindicatório por melhores condições de trabalho e de salário.

A idéia do patrão protetor para a mulher se confundia com a idéia do pai ou do marido protetor, facilitando as suas relações no interior do espaço da produção e o seu comportamento, basicamente, reproduzia o comportamento que tinha no interior da família, que era de obediência e submissão. Com isso, o empresariado teve à sua disposição uma operária dócil, obediente e cumpridora de suas tarefas, que eram sempre as mais simples, grosseiras, exaustivas e menos atraentes.

---

<sup>10</sup> Depoimento de uma ex-operária do Lanifício São Pedro, Caxias do Sul, 1992.

De acordo com o ramo de atividades das fábricas, o trabalho destinado à mulher exigia dela mais ou menos esforço físico. Os depoimentos e os documentos analisados permitiram constatar que a indústria vinícola sacrificava mais as mulheres operárias, por se constituir numa atividade que obrigava a execução das tarefas em locais insalubres, como a lavagem das garrafas, que era feita em grandes tanques de cimento. As mulheres passavam o dia com as mãos dentro da água e os pés molhados, calçados com tamancos. As garrafas dos vinhos que eram pasteurizados, eram retiradas da autoclave sem a proteção de luvas. Eram, ainda, obrigadas a carregar volumes e caixas com peso superior à sua capacidade física.

O ambiente de uma cantina de produção de vinhos era frio e úmido, provocando problemas de saúde, especialmente durante o meses de inverno, como gripes, resfriados, amigdalites e até pneumonias, sem contar com os problemas de coluna e reumatismo, entre outros. Não havia qualquer assistência médica ou ambulatorial nas empresas no período e os contramestres, por vezes, exorbitavam de sua autoridade, através de um tratamento grosseiro, autoritário e intimidatório. Muitas vezes, ao se queixarem de que estavam com febre, dor de garganta ou resfriado, as mulheres recebiam como resposta: “Vai tomar um comprimido e volta, senão tira as tuas contas e vai embora”. A ameaça da perda do emprego estava sempre presente, no cotidiano da mulher, que trabalhava sob intensa pressão.

O trabalho na indústria metalúrgica já não era tão insalubre para as mulheres. Havia rigor no nível de exigência e mais sutileza nas regras impostas, mas as tarefas eram mais leves e menos insalubres, limitando-se à seleção e ao polimento de peças, à embalagem, à cartonnagem etc. Na fábrica Eberle, as brunadeiras eram as mais conhecidas, faziam o trabalho de polimento das peças de metal. *A seção dos banhos* parece ter sido a menos apreciada pelas operárias, pela discriminação que sofriam por trabalharem naquele setor.

O relacionamento entre os colegas de trabalho parece ter sido bastante cordial. Com os colegas do sexo masculino, tudo indica que havia um bom relacionamento, até porque nos regulamentos estavam previstas sanções para os trabalhadores que faltassem com o respeito às suas colegas de trabalho. Com as colegas do mesmo sexo, o relacionamento era bom, com exceção de alguns casos esporádicos de desavenças pessoais. As informantes falaram com saudades de suas companheiras de trabalho e muitas mantiveram vínculos de amizade

que ultrapassaram os anos vividos na fábrica. Nas dificuldades apoiavam-se umas às outras, tinham atitudes fraternas por ocasião das vicissitudes, eram companheiras e amigas e identificavam-se na dor e no sofrimento.

Com os superiores, o relacionamento era de temor e obediência, pois viam neles o princípio da autoridade inquestionável, com quem não podiam discutir, questionar ou discordar, mas apenas deviam obedecer. O dono da fábrica era visto como alguém superior, colocado num pedestal, que conhecia tudo, sabia tudo e que detinha o poder do mando. Geralmente a sua figura de patrão e de protetor não sofria desgastes por conflitos com os trabalhadores, pois entre eles havia a figura do “contramestre”, ou chefe de setor, que era o elemento essencial dentro da fábrica, para o cumprimento do regulamento. Tinha um duplo papel, o de vigilância e o de técnico no processo de produção. Como conseqüência, enfrentava os conflitos com os trabalhadores, pois era duro nas decisões e na exigência do cumprimento de sua autoridade. Além de temido, era muitas vezes odiado pelas operárias, por suas atitudes arbitrárias. Usava seu poder pessoal e sua posição para buscar, muitas vezes, um relacionamento mais próximo com as trabalhadoras. Alguns contramestres usavam de chantagens e favoritismo para conseguir os seus intentos. Uma das depoentes observou que “o contramestre podia até regular o ritmo do trabalho conforme a sua vontade”.<sup>11</sup> Contudo, uma das questões mais difíceis de serem abordadas com as depoentes foi a questão do relacionamento contramestre-operária. Para quase todas, à exceção de três, o contramestre era uma “boa” pessoa, severo, exigente, carrancudo, mas uma boa pessoa, não fazendo qualquer referência a comportamentos anti-éticos ou comprometedores.

É preciso lembrar que a mente humana, ao recordar o passado, seleciona os bons momentos e procura esquecer ou ignorar os momentos mais difíceis e de sofrimento. Todavia, a história dessas mulheres não será menos história por terem deixado, num tempo distante do passado, o sofrimento e os dissabores do seu cotidiano.

---

<sup>11</sup> Depoimento de uma ex-operária do Lanifício São Pedro, Caxias do Sul, 1992.

## Salários e assistência social

A questão salarial traz em seu cerne a grande injustiça que vem sendo praticada com a mulher, desde o início da industrialização. Considerada na família um elemento de segunda categoria, a mulher levou para a fábrica o comportamento que tradicionalmente mantinha na família e a fábrica se utilizou dessa situação em proveito próprio. O seu trabalho no setor produtivo passou a ter um caráter de complementaridade, condicionando a mulher a receber salários inferiores aos dos homens, mesmo quando no exercício de tarefas iguais.

Caxias do Sul não fugiu à regra. As mulheres operárias sempre receberam salários menores por serem mulheres, ou seja, o preço da mão-de-obra feminina era inferior à força de trabalho masculina. E os empresários caxienses deixaram registrado de forma inequívoca, na imprensa local, o seu entendimento quanto à questão do salário da mulher, por ocasião das discussões havidas em torno da implantação do salário mínimo, que previa a equiparação salarial.

Os jornais da época registraram a inconformidade do empresário, que justificou a sua posição alegando: “as próprias condições econômicas das mulheres têm aspecto diverso que as dos homens” ... “a eficiência da mulher fica bem aquém” ... “o homem pode ser aproveitado para os mais diversos trabalhos exigidos pelas circunstâncias, ao passo que a atividade da mulher tem que se circunscrever a apenas serviços compatíveis com o seu físico e o seu sexo”.<sup>12</sup>

Em declarações ao jornal *A Época*, o empresário Alfredo Germani enfatizou a posição da mulher operária, como responsável por uma renda complementar na família, não reconhecendo nela uma profissional: “... quando se trata de um chefe de família, portanto com grandes responsabilidades, é justo que perceba uma remuneração suficiente para prover o sustento da mesma. Quanto à mulher, o caso é diferente, ela raramente tem a responsabilidade pelo encargo da família. Geralmente trabalha para auxiliar, note bem, para auxiliar o sustento da família ou para manter-se a si própria”.<sup>13</sup>

A política do Estado em relação à mulher sempre foi contraditória, de um lado era necessário resguardá-la para a função reprodutora,

<sup>12</sup> Jornais como *O Momento*, de 13/04/40, e *A Época*, de 20/8/39, de Caxias do Sul, abordaram o assunto do salário mínimo, entrevistando empresários locais.

<sup>13</sup> Entrevista concedida ao jornal *A Época*, Caxias do Sul, 20/8/39.

e de outro, era importante que participasse do mercado de trabalho nos momentos de falta de mão-de-obra. Após a Revolução de 30, mais precisamente em 1932, o Estado começou a se preocupar com o trabalho feminino, buscando a sua regulamentação, mas foi a partir de 1943 que a legislação trabalhista, entre outras questões, passou a tratar do assunto. Até a década de 30, muito se discutiu em torno de uma legislação trabalhista, até porque havia uma pressão muito forte por parte dos trabalhadores brasileiros, através de greves e de outras manifestações.

Durante a República Velha houve algumas tentativas de criar uma legislação trabalhista, como foi o caso do Decreto 1.313 de 17 de janeiro de 1891, que tentou esboçar os princípios de leis do trabalho, com providências relativas ao trabalho de menores nas fábricas. Proibia a contratação de menores de 12 anos, de ambos os sexos, em todos os ramos industriais, com exceção do têxtil, onde, na categoria de aprendizes, podiam ser aceitos a partir de oito anos. Foi, no nível da legislação trabalhista no Brasil, a primeira peça legal que estabeleceu a determinação diferencial para os sexos: as meninas eram consideradas menores até 15 anos e os meninos até 14 anos (Pena, 1981, p. 151).

No caso das mulheres adultas, seu trabalho ficava na dependência de códigos sanitários, federal, estadual ou municipal. De uma maneira geral, a intervenção do Estado quanto ao trabalho feminino se fazia na defesa da família.

No que se refere aos salários, somente em 1932, com o Decreto 21.417, foi estabelecido que sem distinção de sexo, a todo o trabalho de igual valor corresponderá igual salário (Ibid., p. 154). Todavia, a reação dos empresários foi de não-cumprimento da nova legislação, por considerarem injusta aos trabalhadores de sexo masculino, os verdadeiros provedores da família.

Nas décadas anteriores, caracterizadas pelas inexistência de qualquer lei reguladora de salários, as mulheres sempre foram penalizadas com salários inferiores aos dos homens em até 60%, mesmo quando as tarefas eram iguais. Em 1912, no Lanifício São Pedro, o salário médio dos homens era de 39\$020 e o das mulheres era de 18\$887, representando uma diferença de mais de 106,60%.<sup>14</sup> Na fir-

---

<sup>14</sup> Folha de pagamento do Lanifício São Pedro, Galópolis, Caxias do Sul, 1912, arquivo do Lanifício.

ma Abramo Eberle, em 1923, para trabalhadores considerados da mesma categoria, também havia uma significativa diferença entre os salários dos homens e das mulheres, de 97\$450 para 45\$000<sup>15</sup>, respectivamente.

O relatório do Intendente José Penna de Moraes, de 1921-23, também registra as diferenças salariais entre os trabalhadores de ambos os sexos em Caxias: “Aqui o jornaleiro ganha por dia, a seco 8\$000 e o salário mensal, nas mesmas condições, é de 100\$000; com comida e alojamento é de 80\$000. Para as mulheres que trabalham em estabelecimentos fabris, o salário regula ser a metade do que se paga para o homem”.<sup>16</sup>

As depoentes não demonstraram guardar nenhuma revolta mais significativa pelos baixos salários; reconheciam que eram baixos e sabiam das diferenças salariais entre elas e os seus colegas do sexo masculino, mas não participaram de nenhum movimento reivindicatório, em busca de mudanças. Preocuparam-se em garantir o seu trabalho, porque precisavam ajudar a família, pois a necessidade obrigava-as a manterem-se no emprego. Seus depoimentos não deixam dúvidas quanto a essa questão: “Nós éramos pobres e precisávamos ajudar em casa”.<sup>17</sup> Era costume que as filhas solteiras, ao receberem o salário, entregassem ao pai ou à mãe o “envelope” fechado, ignorando, muitas vezes, o valor que recebiam.

A assistência social inexistia nas três primeiras décadas do século XX. Depois de 1930 e especialmente na década de 1940 começou a haver uma preocupação maior com os problemas de saúde dos trabalhadores, incluindo-se a questão da gestante.

A falta de assistência social por parte do Estado e das empresas fez com que existisse um espírito de solidariedade muito grande entre os trabalhadores, nos momentos mais difíceis, quando tinham de enfrentar a doença e as dificuldades. Em vários depoimentos foram registradas declarações como: “A gente tinha de procurar o médico por conta quando ficava doente, a firma não ajudava; daí os colegas

---

<sup>15</sup> Cadernetas de trabalhadores da Abramo Eberle, de 1923, Caxias do Sul, Arquivo Histórico Municipal.

<sup>16</sup> Relatório do Intendente José Penna de Moraes, de 1921-23. Caxias do Sul, Arquivo Histórico Municipal.

<sup>17</sup> Depoimentos de várias ex-operárias de Caxias do Sul, dados em 1992.



juntavam dinheiro, um pouco de cada um e davam para aquele que estava doente”.

## **Conclusão**

Por meio do estudo realizado, concluiu-se que as mulheres de Caxias do Sul, ao ingressarem no mercado de trabalho, através da fábrica de características paternalistas, levaram consigo toda a carga comportamental de submissão e obediência a que estavam sujeitas na família, condição que foi muito bem explorada pelo capitalismo, por atender aos interesses ligados à acumulação.

As relações que se estabeleceram no interior da fábrica foram, portanto, relações de submissão e obediência. As mulheres ocuparam as posições de menor prestígio e executaram as tarefas menos atraentes e mais simples. Receberam os salários mais baixos, mesmo quando desempenhavam tarefas iguais às dos trabalhadores do sexo masculino. Sujeitaram-se às normas disciplinares da fábrica, porque estavam acostumadas a obedecer. Reconheciam que os salários eram baixos, mas precisavam daquele dinheiro para atender às suas necessidades mais prementes. Sua condição de indivíduos de segunda categoria não lhes permitia rebelarem-se contra a exploração a que estavam submetidas; ao contrário, sentiam-se úteis e gostavam de ter um trabalho fixo. Por não perceberem muito bem a sua realidade pessoal e a do mundo que as rodeava, nutriam um gosto muito grande pelo trabalho, que fazia parte do seu cotidiano, desde a mais tenra idade.

Para as mulheres que saíram do meio rural, a situação de operárias da zona urbana possibilitou-lhes ascender socialmente. Na verdade houve uma melhora nas suas condições de trabalho, porque passaram a trabalhar protegidas das intempéries e a ter uma remuneração fixa no final de cada mês.

As mulheres operárias de Caxias do Sul, das primeiras décadas do século XX, que saíram de casa e foram em busca de trabalho nas fábricas, por premente necessidade de aumentar a renda familiar, deixaram o anonimato doméstico, que sempre foi um lugar “sem história”, e conquistaram um pequeno espaço do setor público, até então dominado pelos homens. A fábrica, valendo-se da sua condição de mulher, realimentou os valores vigentes, através do modelo paternalista de fábrica e reforçou-os em benefício próprio.

Nessa condição, as mulheres permaneceram em silêncio, passaram pelas fábricas anonimamente, como indivíduos sem rosto e sem espaço na história da região. As mãos calejadas e encardidas pela cor do vinho ou pela graxa das peças e das máquinas que manipularam foram motivo de orgulho e eram exibidas como troféus conquistados no cumprimento do dever. Viveram o seu cotidiano sem subterfúgios nem hesitações, carregando no pensamento a força transformadora que as tornou *operárias em construção*. Sem posses, ricas apenas de anos de lutas e sacrifícios, a herança que deixam para os filhos e netos, porque “são mulheres dotadas de vida, ... criando elas mesmas o movimento da história”.

## Referências bibliográficas

- BOSI, Ecléa. **Lembranças de Velhos**. São Paulo: TAQ/EDUSP, 1987.
- COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga** (vol. I). São Paulo: Ed. das Américas, 1961.
- FRANCO, Álvaro. **Abramo já tocou...** São Paulo: Ramos Franco Ed., 1943.
- GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul: Evolução Histórica**. Caxias do Sul: UCS/EST/Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, 1978.
- LAZZAROTTO, Valentim. **Pobres Construtores de Riqueza**. Caxias do Sul: EDUCS, 1981.
- MACHADO, Maria Abel. **Submissão e Poder: Mulheres Operárias de Caxias do Sul-1900/1950**. Porto Alegre: PUCRS, 1993 (dissertação de mestrado).
- PELLANDA, Ernesto. “Aspectos Gerais da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul”. In: **Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1950.
- PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres Trabalhadoras: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- PERROT, Michelle. “Práticas da Memória Feminina”. **Revista Brasileira de História** (A mulher e o espaço público). São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1989.
- RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a Utopia da Cidade Disciplinar-1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.